



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Interpretação Errónea dos Conflitos Étnicos em África

POR CLEMENT MWEYANG AAPENGNUO

- ◆ A etnicidade não é normalmente a causa principal dos conflitos em África mas antes um meio utilizado pelos líderes políticos para mobilizar os seus apoiantes em busca de poder, riqueza e recursos.
- ◆ O reconhecimento de que a etnicidade é um instrumento, e não a motivação, dos conflitos intergrupais deveria levar-nos a redireccionar os esforços de mitigação dos conflitos, concentrando-os nos factores políticos que os desencadeiam.
- ◆ A lógica e a mobilização étnicas resultam normalmente do acesso não equitativo ao poder e aos recursos, e não do ódio intrínseco.
- ◆ A médio e a longo prazo a neutralização do potencial de manipulação do factor étnico para fins políticos exige uma estratégia de educação cívica sistemática que ajude na construção de uma identidade nacional comum, a qual ainda não existe em muitos países africanos.

DESTAQUES

Em geral existe a ideia de que a África está presa num ciclo infundável de conflitos étnicos. Entre os factores que parecem confirmar esta ideia estão os genocídios no Ruanda, em Darfur, no norte da Nigéria e na Costa do Marfim, bem como a violência que se seguiu às controversas eleições no Quénia. Dado que os ressentimentos se acumulam e continuam a ser definidos a nível de grupo, e não a nível individual, não se vê um fim à motivação para exercer represálias. Por outro lado, não é fácil resolver o problema da inércia que se faz sentir desde há séculos e que está subjacente a estas animosidades. Parece daqui deduzir-se que a complicada diversidade étnica de África torna o continente para sempre vulnerável a conflitos devastadores e mortíferos. Por sua vez,

esta situação diminui as possibilidades de progresso económico sustentado e de democratização.

ETNICIDADE, MOBILIZAÇÃO ÉTNICA E CONFLITO

Na verdade, a etnicidade não é normalmente a força geradora dos conflitos em África, mas sim um argumento utilizado pelos políticos para mobilizar os seus apoiantes em busca de poder, riqueza e recursos. Se, por um lado, o grupo étnico é a forma predominante de formação de identidade social em África, a maior parte dos grupos étnicos coexistem pacificamente, verificando-se altos níveis de mistura étnica através de casamentos inter-étnicos, parcerias económicas e valores comuns. De facto, se assim não

fosse, quase todas as aldeias e províncias africanas seriam um poço de conflitos.

A etnicidade tornou-se um problema durante as recentes eleições no Quênia devido à luta política pelo poder que exacerbou os fortes sentimentos étnicos com o fim de mobilizar apoios. A etnicidade, no entanto, não foi o motor autónomo desta violência pós-eleitoral. Apesar da permanência de Daniel arap Moi no poder durante 25 anos com base num governo apoiado por uma minoria étnica ter imprimido uma identidade de grupo à política do Quênia, verificam-se muitos casos de cooperação entre os vários grupos. O exemplo mais evidente foi a formação da União Nacional Africana do Quênia (Kenya African National Union, KANU) pelos Kikuyu e os Luo nos anos 60 com o objectivo de lutar pela independência, bem

“a interpretação errónea dos conflitos africanos como sendo conflitos étnicos ignora a natureza política das questões geradoras de tensão”

como a criação da Coligação Nacional Arco-íris (National Rainbow Coalition, NARC), cujo objectivo era pôr fim ao controlo do poder por um partido único que se verificou até 2002. Na verdade, a cooperação intergrupala é a norma e não a excepção. O casamento inter-étnico é comum e muitos jovens quenianos, especialmente em zonas urbanas, cresceram identificando-se, em primeiro lugar, como quenianos e apenas em segundo lugar como membros de uma etnia. Não queremos sugerir que não existem tensões de base étnica mas sim afirmar que o banho de sangue pós-eleitoral de 2007-08 não foi uma explosão inevitável do ódio sectário.

No Ruanda, os casamentos entre Hutus e Tutsis têm sido tão frequentes que nem sempre é fácil distingui-los fisicamente. Falam a mesma língua e partilham a mesma crença religiosa. Na verdade, a identidade étnica estava intimamente associada à

ocupação (agricultura ou pastoreio) e a identificação étnica podia mudar ao longo do tempo se houvesse mudança de ocupação. A violência no Ruanda tem sido motivada, em geral, por questões de recursos e poder. A manipulação política destes factores geradores de conflito levou ao bem-orquestrado genocídio de 1994. Políticos, demagogos e meios de comunicação social utilizaram a etnicidade como argumento para angariarem apoio popular e como meio de eliminar os adversários políticos (quer Tutsis, quer Hutus moderados).

No Gana, em 1979, o governo military do General I.K. Acheampong decidiu confiar todas as terras da região norte a quatro dos dezassete grupos étnicos indígenas que viviam nessa zona. Na altura os militares procuravam obter a aprovação em relação a um governo de partido único. Dado que a proposta foi sujeita a referendo nacional o governo precisava de um voto “Sim” do norte em oposição ao voto “Não” do sul. O que se passou com as terras foi resultado de um acordo com políticos do norte com o objectivo de obter o seu apoio e foi um momento decisivo na mobilização de grupos étnicos, tais como o Konkomba e o Vagla, em nome do desenvolvimento das suas zonas. Os primeiros actos de violência intercomunitária tiveram início pouco depois – e a violência prolongou-se pelos quinze anos seguintes, culminando na Guerra Guinea Fowl de 1994-95, na qual morreram cerca de 2.000 pessoas. Durante esse período ocorreram no norte do Gana mais de 26 conflitos intercomunitários motivados por questões de terras (recursos) e de chefia (poder) – todos caracterizados como conflitos étnicos.

Uma classificação deste género – quer no Gana, quer em muitos outros países africanos – constitui uma simplificação exagerada. O facto é que muitos estudiosos de questões relacionadas com o desencadear de conflitos consideram que a distinção de tipo étnico não tem qualquer base na realidade. Com frequência, é a politização da etnicidade que, ao gerar uma sensação de injustiça, ausência de reconhecimento e exclusão, constitui a fonte do conflito, e não a etnicidade em si mesma. A interpretação errónea dos conflitos em África como sendo conflitos étnicos ignora a natureza política das questões que geram tensão. As pessoas não se matam umas às outras devido a diferenças étnicas; matam-se quando

O Padre Clement Mweyang Aapengnuo frequenta o programa de doutoramento do Instituto de Análise e Resolução de Conflitos da Universidade de George Mason. Anteriormente exerceu funções de Director do Centro de Transformação de Conflitos e de Estudos para a Paz em Damongo, no Gana.

se promove a ideia de que essas diferenças são uma barreira ao progresso e à oportunidade. Note-se que a susceptibilidade de algumas sociedades africanas em relação a este tipo de manipulação por parte de políticos oportunistas faz ressaltar a fragilidade do esforço de construção nacional no continente.

As escolhas políticas dos estados criam, em muitos casos, as bases da mobilização étnica. Por outras palavras, os “conflitos étnicos” ocorrem frequentemente em sociedades multi-étnicas subdesenvolvidas, quer quando o comportamento do estado parece ser dominado por um dos seus grupos ou das suas comunidades, quer quando as comunidades se sentem ameaçadas de marginalização, quer quando não existe um meio de reparação de agravos. A lógica e a mobilização étnicas ocorrem em consequência do acesso não equitativo ao poder e aos recursos, e não do ódio intrínseco.

Exemplo disso mesmo são as erupções de violência periódicas que envolvem cristãos e muçulmanos em Jos, a capital de população altamente diversificada do Estado do Plateau na região “middle-belt” na Nigéria. Esta violência é normalmente classificada como conflito de base comunitária. Esta classificação, no entanto, não tem em consideração alguns dos aspectos institucionais do sistema federal da Nigéria, os quais são geradores de violência. Os governos, a nível de estados e municipalidades, têm uma enorme influência neste sistema e controlam cerca de 80 por cento do PIB do país. Para além do que este facto representa relativamente à alocação de recursos, os governos locais são responsáveis pela classificação de cidadãos enquanto “indígenas” ou “colonos.” Os “colonos” não podem aceder a certos cargos no governo a nível estadual, não lhes são atribuídos subsídios de escolaridade pública, nem podem ser proprietários de terras. No Estado do Plateau isto significa que os muçulmanos que falam a língua Hausa são classificados como “colonos” mesmo quando as suas famílias habitam na região há gerações. As tensões continuadas e por vezes violentas que resultam desta situação são previsíveis.

LIMITES INSTITUCIONAIS À MOBILIZAÇÃO ÉTNICA

O reconhecimento de que a etnicidade é um instrumento, e não a força motivadora, dos conflitos

entre diferentes grupos deve re-centrar a nossa atenção nos factores políticos que desencadeiam o conflito. Para além disso, o facto de existir uma fase de mobilização na evolução para o conflito faz sobressair o valor de intervenções atempadas que precedam o momento em que as emoções são aticadas.

Instituições e estruturas estatais que reflectem a diversidade e o respeito pelos direitos das minorias, bem como a partilha de poder e o sistema de controlos institucionais (‘checks and balances’), reduzem a sensação de injustiça e de insegurança que facilita a mobilização étnica. O sistema judicial é um factor-chave. Em sociedades em que as instituições públicas não aplicam a justiça existe uma maior probabilidade de os grupos recorrerem à violência para resolver danos e agravos. No entanto, uma sociedade justa vai além do sistema legal. Para evitar os abusos do poder do estado é necessário que haja uma verdadeira separação de poderes e um estado de Direito. Tais medidas impedem que os funcionários do estado utilizem o seu poder para beneficiar os grupos étnicos a que pertencem em detrimento de outros grupos. Em grande parte de África é o ramo executivo, e não o legislativo, que estabelece a maior parte das políticas relativas à terra. Invariavelmente, o grupo étnico do Presidente beneficia destas políticas. No Quénia os Kikuyu utilizaram a influência política e económica que tinham durante o regime de Kenyatta para estabelecer empresas compradoras de terra que facilitaram o estabelecimento de centenas de milhares de Kikuyu no Rift Valley durante os anos 60 e 70.

Por outro lado, um sistema legal justo cria um ambiente em que as organizações civis se agrupam em torno de questões de interesse comum, como sejam o desenvolvimento, a responsabilização e os direitos humanos, questões essas que transcendem filiações étnicas. Isto, por sua vez, facilita a comunicação intergrupala. Associações empresariais, sociedades comerciais e profissionais, clubes desportivos e grupos de artistas, entre outros, constituem organismos sociais que podem atravessar fronteiras étnicas e envolver o governo de forma produtiva.

Os sistemas eleitorais e as eleições constituem outra área de foco de política. As eleições em si mesmas não estabelecem necessariamente as bases de um sistema estável. Pelo contrário, podem até ser uma fonte de tensão e violência étnicas. A prática

de eleger um vencedor absoluto num estado multi-étnico e subdesenvolvido no qual o governo controla a maior parte dos recursos transforma o resultado das eleições numa questão de vida e morte. Assim, é importante que os sistemas eleitorais sejam independentes do controlo político. Uma das diferenças verificadas entre as recentes eleições no Quênia e no Gana residiu na independência, e na persistência, da Comissão Eleitoral do Gana. Para além disso, uma vez os resultados eleitorais validados pela Comissão Eleitoral do Gana os grupos privados puderam levar a tribunal queixas relativas a irregularidades cometidas. Estes diferentes níveis de responsabilização deram ao povo do Gana confiança no seu sistema eleitoral apesar dos resultados das eleições de 2008 não terem apresentado diferenças significativas.

A Comissão dos Direitos Humanos e Justiça Administrativa do Gana (Commission for Human Rights and Administrative Justice, CHRAJ) constituiu outro mecanismo institucional útil na mitigação do conflito étnico. Apoiada por uma Lei Constitucional (Lei 456), a CHRAJ foi mandatada em 1993 para “investigar queixas de violações de direitos e liberdades fundamentais nos sectores, quer público, quer privado, bem como investigar queixas de injustiça administrativa, abuso de poder e tratamento injusto de pessoas por parte de funcionários públicos no exercício dos seus deveres oficiais”. A Comissão também foi mandatada para “educar o público sobre os seus direitos e liberdades fundamentais, bem como sobre responsabilidades

“a diversidade no âmbito do sector de segurança também produz benefícios tangíveis dado que as forças policiais representantes de etnias estão associadas a menores níveis de conflito”

mútuas”. Pela primeira vez o povo do Gana passou a poder pedir responsabilidades ao governo, bem como ver as suas queixas imediatamente deliberadas a nível local. A formação da Comissão ocorreu atempadamente, após 12 anos de regime militar e no início de uma nova ordem democrática. Para além do mandato constitucional, foi obtido financiamento para apoiar a administração da CHRAJ

a nível nacional, regional e distrital. O facto de o Comissário ser independente de qualquer influência por parte do poder executivo deu à Comissão uma grande credibilidade. Este aspecto também diferencia a CHRAJ em relação a comissões semelhantes em outros países. Desde o seu estabelecimento que a Comissão tem resolvido casos de alto nível que envolveram ministros do governo, despedimentos ilegais em que esteve implicado o Inspector Geral da Polícia, e o confisco de bens pessoais. Em cada um destes casos de alto nível o tribunal decidiu a favor da Comissão.

Organizações religiosas e ONGs locais têm divulgado as mensagens da CHRAJ junto da população através de workshops e seminários, bem como através do apoio às comunidades na apresentação das suas queixas à Comissão. O estabelecimento desta infraestrutura, bem como de educação e recursos, levou o povo do Gana a reconhecer o valor do estado de Direito e de uma resposta atempada às suas queixas a nível comunitário, distrital e regional.

PRIORIDADES NA MITIGAÇÃO DE CONFLITOS ÉTNICOS EM ÁFRICA

Repensar os conflitos étnicos como lutas políticas pelo poder e por recursos deverá mudar a nossa forma de pensar sobre estratégias de mitigação. Ao invés de aceitar o conflito de identidade como uma característica inevitável do ambiente étnico altamente diverso de África, poderão ser feitas várias intervenções preventivas de política.

CONSTRUIR ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS UNIFICADORAS

No centro dos conflitos étnicos está a relação entre os grupos étnicos e o estado na procura de segurança, identidade e reconhecimento. A forma como o estado lida com estes interesses e necessidades vai determinar o nível dos conflitos de identidade. Um sistema legal integrado que respeite os direitos das minorias, proteja as minorias do abuso de poder por parte do estado e assegure que as suas queixas sejam consideradas com seriedade reduz as oportunidades de mobilização étnica. Entre outros requisitos, um sistema deste tipo exige o acesso equitativo a postos de funcionalismo público e de outros serviços providenciados pelo estado. A participação de minorias

em cargos de liderança e do sector de segurança é um factor-chave no que respeita a cargos do estado. O sector militar pode constituir uma instituição unificadora e criadora de laços entre grupos étnicos, ajudando a forjar uma identidade nacional para todas as etnias, oferecendo aos jovens a oportunidade de viajar e de habitar em vários locais do país, e permitindo às minorias avançar para posições de liderança com base em critérios de mérito. A diversidade no sector de segurança também produz benefícios tangíveis dado que as forças policiais representantes de etnias estão associadas a menores níveis de conflito em sociedades diversificadas.

As eleições são outro factor de potencial violência no que respeita a agravos de base étnica – e são, portanto, uma prioridade no processo de mitigação de violência. É evidente que as eleições oferecem aos políticos a oportunidade de manipular a questão das diferenças étnicas. O estabelecimento de uma comissão eleitoral independente e representativa, dirigida por indivíduos absolutamente íntegros, pode impedir que estas estratégias funcionem. Como se viu no Gana e noutros países, a eficácia de uma comissão eleitoral competente pode fazer uma enorme diferença no evitar da violência étnica. As comissões eleitorais independentes podem também estabelecer regras eleitorais que recompensem candidatos que formem coligações inter-regionais e intergrupais (e que até o exijam). Assegurar que as jurisdições eleitorais não coincidam com fronteiras étnicas é um dos componentes de uma tal estratégia.

A experiência do Gana com a CHRAJ oferece ainda outras lições no que respeita às respostas institucionais com vista à mitigação das tensões étnicas. A CHRAJ foi uma entidade governamental acessível e responsável pela documentação e reconciliação de queixas de base étnica. A criação de variantes da CHRAJ em outros países africanos permitiria que estas constituíssem pontos de primeiro contacto para grupos minoritários que se sentem agravados. Uma tal comissão de direitos humanos seria encarregada de servir na qualidade de “ombudsman”, investigando e minorando conflitos entre os vários grupos ao nível local. Ser-lhe-ia dado acesso e poder de convocatória de forma a poder utilizar os recursos de todas as outras entidades governamentais que tenham um

papel a desempenhar na resolução do agravo. Desta forma, o “ombudsman” dos direitos humanos seria um mecanismo oficial ao qual indivíduos e comunidades se poderiam dirigir de forma proactiva com vista à resolução de divergências entre grupos. Dada a natureza das suas funções, e a necessidade de conquistar a confiança e o apoio das populações locais, os representantes do “ombudsman” de direitos humanos teria que estar acessível, a nível local, em todas as regiões potencialmente voláteis do país.

REFORÇAR NORMAS SOCIAIS POSITIVAS

A médio e a longo prazo a redução da potencialidade de utilizar a etnicidade para fins políticos exige uma reorientação das normas culturais. Campanhas sociais de marketing que promovem os temas de unidade nacional, cooperação intergrupala e a “força da diversidade” podem enquadrar a narrativa étnica de uma forma positiva, tornando assim mais difícil aos políticos divisionistas manipular as diferenças com o propósito de mobilizar apoios. Uma tal estratégia de comunicação seria complementada por uma campanha de apoio comunitário implementada por organismos da sociedade civil activos em todo o país, a qual seria dirigida à juventude no sentido de reforçar mensagens como “um país, um povo”, bem como a tolerância em relação a outros grupos e a resolução de conflitos por meios não-violentos.

É particularmente importante ter os jovens como grupo alvo para se poder modificar as atitudes intergeracionais no que respeita à etnicidade. Os jovens são o grupo populacional mais facilmente mobilizado para a violência. Um sistema educativo global e deliberado, concebido para promover a integração e a coexistência e reforçar lições cívicas sobre cidadania e sobre o que significa ser uma nação, promovem o conceito de um povo comum com um destino comum. Por sua vez, uma campanha de marketing social faz chegar a mensagem unificadora directamente ao povo, em vez de a fazer passar por líderes étnicos ou políticos (que podem beneficiar das divisões percebidas). Uma tal campanha, na linha dos esforços bem-sucedidos do legendário líder tanzaniano Julius Nyerere, contribuiria simultaneamente para a construção de uma identidade nacional comum (que ainda não existe em muitos

países africanos) e impediria os actores políticos de manipular a questão étnica.

Em complemento dos esforços para mudar normas culturais e políticas em torno da identidade é necessário criar e aplicar sanções àqueles actores que continuem a tentar explorar as diferenças étnicas com fins divisionistas. Há dois grupos de grande importância neste aspecto: os órgãos de comunicação social e os políticos. As penalizações seriam consubstanciadas na forma de uma lei nacional que criminalizasse o incitamento às divergências étnicas por parte de actores políticos e funcionários públicos. Estas leis teriam então que ser postas em vigor. Um organismo independente, quer fosse a comissão eleitoral ou um conselho para os direitos humanos na linha da CHRAJ do Gana, teria a responsabilidade de investigar acusações de incitamento étnico – bem como a autoridade para avaliar penalizações, incluindo multas e a proibição de ocupar cargos públicos. O simbolismo de alguns casos bem publicitados teria uma grande influência na alteração destas normas.

Os meios de comunicação social desempenham um papel único na comunicação de informação e de impressões à sociedade. Assim, têm a função, indispensável numa democracia, de promover o diálogo e o debate. Em África, infelizmente, verifica-se frequentemente na prática que alguns meios de comunicação social são controlados por indivíduos politicamente influentes que não hesitam em explorar as divisões de identidade com o fim de promover os seus interesses – aumentando, assim, em muito a probabilidade de conflito étnico. Os meios de comunicação social também têm o potencial de fazer escalar um conflito local até ao nível nacional – aumentando a probabilidade de violência e tornando mais difícil o esforço de resolução. Dado o potencial único que os meios de comunicação social têm de formar atitudes sociais e de mobilizar massas, a maior parte das sociedades aceitam a ideia de que estes devem reger-se por padrões de comportamento responsável. Estes padrões devem incluir a proibição de produzir programas que incitem à animosidade com base étnica. Mais uma vez, organismos de controlo independentes, possivelmente em colaboração com consórcios de meios nacionais de comunicação

social, devem ter autoridade para rapidamente investigar e aplicar fortes sanções contra agências de informação que se considere terem violado os padrões contra o incitamento ao ódio.

RESPOSTA ATEMPADA

A experiência na prevenção e no apaziguamento das tensões étnicas em África demonstrou como é importante fazer face a estes problemas o mais precocemente possível. É mais eficaz – e menos custoso em termos sociais e financeiros – atenuar estas tensões antes de se terem agudizado as divergências intergrupais e de ter eclodido a violência (factos que, por sua vez, desencadeiam um novo ciclo mais polarizado de danos e agravos, medo, desconfiança e retaliação). A experiência também demonstra como é importante que os funcionários do governo tomem a sério toda e qualquer expressão de agravo por parte de grupos (por exemplo, queixas relativas a discriminação, denegrimiento ou negação de direitos) e dêem uma resposta imediata. Claro que tal pressupõe que o governo é competente e está

“para pôr fim às atitudes intergeracionais relativas à etnicidade é particularmente importante dirigir a mensagem à juventude”

disposto a fazer face a estes conflitos e que não desempenhou um papel nos agravos cometidos. A criação de um “ombudsman” de direitos humanos considerado como um actor imparcial que documenta e investiga queixas de base étnica oferece o duplo benefício de um mecanismo que toma estas queixas em consideração de forma justa e que pode ajudar a atenuar as tensões antes que estas venham a explodir. O conhecimento de que existe um meio sistematizado através do qual os agravos podem ser julgados de forma justa reduz a possibilidade de os indivíduos sentirem a necessidade de eles próprios implementarem a aplicação de medidas correctivas.

Por fim, evitar que as tensões étnicas escalem para níveis incontroláveis exige que o sector de segurança tenha capacidade de resposta rápida quando surgem confrontos intergrupais. As forças policiais e militares devem ser treinadas de modo

a reagir de forma firme mas imparcial que reforce a confiança na capacidade do estado intervir de forma construtiva. Dado que a maior parte das ocorrências de violência étnica têm lugar a nível local – ao longo de uma linha fronteira entre comunidades vizinhas – é crucial que haja uma resposta rápida antes que sejam desencadeados outros factores desestabilizadores. A natureza local destes desencadeadores étnicos, por outro lado, aponta para a necessidade de uma formação abrangente das forças de segurança. Cada jurisdição da polícia deve ter o conhecimento e a capacidade necessários para reagir adequadamente em ambientes com tensões étnicas pois provavelmente serão os que providenciarão uma primeira resposta. Por sua vez, poderão ser apoiados por forças militares (provavelmente ao nível da província) que, na maior parte dos casos, têm meios de transporte, comunicações e capacidade de fogo mais eficazes para controlar este tipo de situação. No entanto, a resposta inicial por parte da polícia é um factor de importância crucial ao se tentar moldar a evolução do confronto.

A tendência humana é de reforçar as diferenças intergrupais. As sociedades civilizadas aprendem formas de evitar que estes impulsos se polarizem e redundem em violência. Entender as raízes políticas de muitos dos confrontos étnicos africanos pode ajudar-nos a focar e a redireccionar os nossos esforços de prevenção de conflitos – e, ao fazê-lo, melhorar a eficácia do conjunto de medidas correctivas que utilizamos, cujo número aumenta cada vez mais.

NOTES

¹ Gilley Bruce. 2004. "Against the concept of ethnic conflict". *Third World Quarterly*, Vol. 25, No. 6.

² Azar and Haddad. 1986. "Lebanon: An Anomalous Conflict?" *Third World Quarterly*, Vol. 8, No. 4.

³ Ostien, Philip. 2009. "Jonah Jang and the Jasawa: Ethno-Religious Conflict in Jos, Nigeria," *Muslim-Christian Relations in Africa*, uma publicação do projecto de investigação sobre a Sharia em África.

⁴ Walter Oyugi. 2002. *Politicized Ethnic Conflict in Kenya: A Periodic Phenomenon*. Government of Kenya.

⁵ Sambanis, N. 2002. "Preventing violent civil conflict: The scope and limits of government action." Documento para o Relatório de 2003 do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Global: *Dynamic Development in a Sustainable World*.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador (reformado)
William M. Bellamy
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telephone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Gerente Regional:
Elisabeth Feleke
Telephone: 221 33 869 61 00
Email: FelekeE@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Vice-Gerente Regional:
Mahlet Yared
Telephone: 251 11 517 42 08
Email: YaredM@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telephone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

